



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

## TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0004534-11.2018.8.26.0566 - 2018/001133**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**  
 Documento de Origem: **IP, BO, BO, BO, IP - 099/2018 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 662/2018 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 665/2018 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 659/2018 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 099/2018 - 3º Distrito Policial de São Carlos**  
 Réu: **JULIANA APARECIDA SILVA SAMPAIO e outro**  
 Data da Audiência: **28/11/2018**

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **JULIANA APARECIDA SILVA SAMPAIO e JULIO CESAR CORREA PEIXOTO**, realizada no dia 28 de novembro de 2018, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MÁRIO JOSÉ CORRÊA DE PAULA**, DD. Promotor de Justiça; a presença dos acusados, acompanhados do Defensor Público **DR. JOEMAR RODRIGO FREITAS**. Iniciados os trabalhos, questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção da algema, esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, do próprio imputado e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso, e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, do próprio imputado, nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do STF. Após, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas a vítima **RICARDO AUGUSTO BATISTA BARBACO** e a testemunha **EVERSON RODRIGO GARCIA**. Por fim, foi realizado o interrogatório dos acusados **JULIANA APARECIDA SILVA SAMPAIO e JULIO CESAR CORREA PEIXOTO** *(Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça)*. Após, não havendo outras provas a serem produzidas (artigo 402 do



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

CPP), o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais (artigo 403 do CPP), os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. JULIANA APARECIDA SILVA SAMPAIO e JULIO CESAR CORREA PEIXOTO**, qualificados, foram denunciados como incursos no artigo 155, parágrafo 4º, inciso IV, do Código Penal. Os réus foram citados e ofereceram resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a parcial procedência, com a condenação da acusada Juliana e a absolvição do acusado Júlio César. A defesa requereu o decreto absolutório de Júlio e com relação a Juliana, fixação da pena mínima, com o afastamento da qualificadora do concurso de agentes, reconhecimento da atenuante da confissão, e o reconhecimento do privilégio, em razão da primariedade da acusada bem como do valor da *res furtiva*. **É o relatório. DECIDO.** A acusada Juliana confessou parcialmente em juízo a prática dos fatos narrados na denúncia. Os demais elementos de convicção que constam do processo confirmam amplamente a confissão, atendendo ao disposto ao artigo 197, do CPP. Disse que praticou o furto sozinha. Com relação a Júlio César, acolho os motivos expostos por ambas as partes e os tomo como minhas razões de decidir, para fundamentar a impossibilidade de embasamento de um decreto penal condenatório. Não há prova segura de que tenha participado do furto. Procede a acusação nestes termos. Passo a fixar a pena. A ré não faz jus à suspensão condicional do processo em razão da condenação de fls. 100. Fixo a pena base no mínimo legal de 01 ano de reclusão e 10 dias-multa. Com base no artigo 33, § 2º, c, do CP e Súmulas 718 e 719 do STF, o acusado deverá iniciar o cumprimento da medida em regime aberto. Com base nos artigos 43 e 44 do C.P., substituo a pena privativa de liberdade por 10 dias-multa. Para o caso de conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, desde já autorizo o “*sursis*” pelo prazo de dois anos. Fixo o valor do dia multa no mínimo legal. Ante o exposto, julgo procedente em parte o pedido contido na denúncia condenando-se a ré **JULIANA APARECIDA SILVA SAMPAIO** à pena de 20 dias-multa, por infração ao artigo 155, caput, do Código Penal; e absolvendo-se o réu **JÚLIO**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

**CESAR CORREA PEIXOTO**, com base no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. **Pela acusada foi manifestado o desejo de não recorrer da presente decisão.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, \_\_\_\_\_, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **Claudio do Prado Amaral**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Acusados:

Defensor Público: